



MARIALVA

Órgãos públicos deverão usar papel reciclado em todo material de expediente até 2022

12 de junho de 2019

Data	Fonte	Crédito da Imagem
12 de junho de 2019	Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Marialva	

Prefeitura, Secretarias, Legislativo, Saema, Escolas da Rede Municipal e demais órgãos da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica ou Fundacional deverão utilizar materiais de expediente confeccionados em papel reciclado. A medida está prevista no Projeto de Lei Ordinária nº 15/2019, aprovado em segunda discussão na sessão da Câmara Municipal de Marialva da última segunda-feira (10).

A proposta de autoria do vereador Xuxa (PMDB) prevê que envelopes, cartões, formulários, blocos, rascunhos, notas, recibos, boletins e outros materiais de expediente similares deverão ser feitos somente com papel reciclado. Apenas nos casos em que o documento, por razão de sua natureza ou exigência legal - a exemplo de material publicitário e promocional - poderão ser utilizados outros tipos de papeis.

O projeto foi aprovado juntamente com uma emenda modificativa, apresentada pelo vereador Jefferson Garbúggio (PT), que estabelece que os órgãos deverão fazer a substituição do papel sulfite (branco) gradualmente até o dia 31 de dezembro de 2021, cumprindo no mínimo a porcentagem de 30% de papel reciclado no 1º ano; 60% no 2º ano; e 100% no 3º ano. “Para evitar o desperdício dos materiais que já estão em estoque, propomos fazer a mudança pouco a pouco, possibilitando que os órgãos se organizem para fazer a alteração nas próximas licitações”, esclareceu.

No mês que faz alusão à Preservação do Meio Ambiente (Junho Verde), o projeto vem somar as ações de conscientização. “A cada tonelada de papel reciclado, são poupadas cerca de trinta árvores. Por meio de uma medida simples e de fácil implementação, ao mesmo tempo podemos diminuir o ritmo de devastação das nossas florestas, reduzir a quantidade de lixo e poluentes, e reduzir as despesas governamentais”, disse, Xuxa.

O projeto será votado em terceira discussão na sessão da próxima segunda-feira (17).